



UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A RELAÇÃO DE GESTANTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO COM A FAMÍLIA: IMPASSES E AVANÇOS

Miriam Setsuko Kuroda, psicóloga graduada pela Universidade Estadual de Maringá; Jéssica Fraga Aranha da Cruz, psicóloga graduada pela Faculdade Ingá.

contato: msk.psico@gmail.com

Palavras-chave: Gravidez. Família. Contemporaneidade.

O presente trabalho visa apresentar uma reflexão realizada a partir de um contexto de acolhimento institucional da relação de mulheres gestantes com as suas famílias. Para tanto, foi realizado um levantamento nos prontuários dos anos de 1993 e 2013 de uma instituição localizada no município de Maringá-PR, com o objetivo de analisar quantitativamente e qualitativamente a situação dessas mulheres ao se encontrarem gestantes e nesse sentido, elencamos algumas categorias para análise, a saber: os motivos dos encaminhamentos e a faixa etária das mesmas.

A instituição Lar Preservação da Vida foi fundada em 1987, sendo uma organização não governamental; sem fins econômicos; reconhecida como Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal; com registro no Conselho Municipal, Estadual e Federal de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente e portadora do CERTIFICADO DE FINS FILANTROPICOS, expedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, desde 1995.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social, a instituição está classificada como Proteção Especial de Alta Complexidade, atendendo em regime de acolhimento institucional. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 101, inciso 1º o acolhimento institucional e o familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para a reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

A instituição possui como missão a preservação da vida intrauterina desde a sua concepção e tem como objetivo primordial a valorização da vida, por meio do amparo às mães grávidas em situação de risco e/ou vulnerabilidade social e seus filhos menores de seis anos, uma vez que se busca preservar e fortalecer o vínculo entre mãe-filho(s), pois o rompimento dos vínculos pode acarretar danos para a criança que se encontra em pleno desenvolvimento de suas potencialidades.



Ao pensarmos na gravidez, esta é considerada como um momento marcante na vida da mulher, pois se trata de um “período que envolve grandes mudanças biopsicossociais, ou seja, há transformações não só no organismo da mulher, mas também no seu bem-estar, o que altera seu psiquismo e o seu papel sociofamiliar” (KLEIN; GUEDES, 2008, p.863-864).

Além das mudanças biopsicossociais expostas acima, Borsa (2007) relata a existência de sentimentos ambivalentes que possuem ligação com a história e com as experiências vivenciadas pela gestante no decorrer de sua vida e ressalta que “a gravidez dá às mães uma nova oportunidade de elaborarem velhos conflitos de separação, promovendo uma nova fase em seu processo de se desprender (individuação) das relações simbióticas originais” (p.312).

Diante de toda a transformação que a mulher venha a passar neste período de gestação Klein e Guedes (2008) expõem que fatores sociais, conjugais, cultural, familiar e da personalidade da gestante, provocaram as intensidades na alteração psicológica da grávida, ou seja, na gravidez as mudanças não ocorrem somente com a mulher, mas sim no meio onde ela está inserida.

Ao pensarmos no contexto institucional, no ano de 1991 iniciaram-se na instituição os atendimentos as gestantes e seus filhos menores de seis anos com foco na preservação da vida, visto que o contexto social era marcado pela rejeição da gravidez indesejada, principalmente quando ocorrida fora do casamento. Desta forma, o público atendido nos anos iniciais era caracterizado por mulheres cujo objetivo era esconder à gravidez de seu núcleo social e familiar, assim, as gestantes permaneciam na instituição e durante o período da gestação refletiam e planejavam seu futuro após o nascimento da criança.

Atualmente, as características do público alvo da instituição obtiveram uma expressiva alteração, sendo além dos conflitos familiares e de vulnerabilidade, há a crescente demanda de gestantes que necessitam de acompanhamento devido ao uso de substância psicoativa. As gestantes acolhidas recebem todo o auxílio referente à gestação e cuidados necessários ao recém-nascido e aos filhos que a acompanham, do momento do acolhimento até 60 dias após o parto, sendo que este prazo pode ser antecipado ou prorrogado de acordo com a avaliação de cada caso.

De acordo com o levantamento realizado nos prontuários de 1993, de um total de 74 (setenta e quatro) gestantes, 14 (catorze) eram adolescentes e 60 (sessenta) eram adultas. Desse total, os motivos do acolhimento foram: 3 (três) problemas de saúde, 3 (três) vítimas de violência, 2 (duas) situação de rua, 43 (quarenta e três) conflito familiar, 11(onze) não



VI CIPSI

Congresso Internacional
de Psicologia da UEM

19 a 22 de Maio
de 2015

Teatro Calil Haddad / Campus UEM
MARINGÁ - PR

PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS: Formação, Atuação e Compromisso Social

aceitação da gestação, 8 (oito) sem referência familiar, 3 (três) sem condição financeira e 1(uma) devido a prostituição.

Em comparação com o ano de 2013, que totalizou o acolhimento de 54 gestantes, as adolescentes totalizavam 6 (seis) e as adultas 48 (quarenta e oito). Os motivos de acolhimento podem ser classificados como devido a: 17 (dezesete) usuárias de substância psicoativa, 11 (onze) vítimas de violência, 10 (dez) situação de rua, 10 (dez) conflito familiar, 5 (cinco) não aceitação da gestação e 1(uma) por transferência de acolhimento.

Ao analisarmos qualitativamente esses dados numéricos, podemos observar a transformação do olhar da família a respeito da gravidez. Se em 1993, a demanda pelo acolhimento era proveniente de conflitos com a família devido a uma gestação não planejada, muitas vezes de mulheres solteiras, o que observamos em 2013 foi a demanda oriunda de questões sociais como o uso de substância, vítima de violência e situação de rua.

Na contemporaneidade, nota-se entre as diversas transformações aquelas que incidiram sobre a família. De acordo com Sarti (2005) a característica da família alterou de unidade de produção para unidade de consumo, preterindo o aspecto do tradicional até então inerente à família.

Se antes, a gravidez não planejada, ocasionava o constrangimento da família perante a sociedade, uma vez que tal como Freud no artigo “o Mal Estar na Civilização” (1930) mencionou que uma das fontes de sofrimento humano é oriunda do relacionamento deste com os outros. O que se observa na contemporaneidade, é o padecimento do indivíduo, que se encontra vazio e desamparado, sem o aporte da família tradicional de outrora.

Anteriormente, havia uma definição de papéis entre os membros das famílias. Na contemporaneidade assiste-se na família uma delegação de responsabilidade ao outro.

As famílias assistidas pela rede de proteção à criança e ao adolescente se apresentam destituídas de autonomia e desfalcadas nas suas funções de proteção, cuidado emocional e financeiro dos seus filhos, entregando-se no “colo” do Estado, na grande maioria, reforçadas pelas instâncias de proteção, no movimento repetitivo de delegação das suas responsabilidades para o outro. (MOREIRA; BEDRAN; CARELLOS, 2011, p. 171)

Nesse sentido, “mais do que apoio, a ação do Estado passa a ter a função de tamponamento de um “buraco” na organização hierárquica do sistema familiar” (*idem*, p.



VI CIPSI

Congresso Internacional
de Psicologia da UEM

19 a 22 de Maio
de 2015

Teatro Calil Haddad / Campus UEM
MARINGÁ - PR

PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS: Formação, Atuação e Compromisso Social

171). O Estado vem a assumir a autoridade paterna anteriormente encontrada no meio familiar.

A autoridade paterna, portanto, dominava o espaço público e regulava o privado, controlando a vida de sua esposa e filhos. Esse modelo familiar composto por pai, mãe e filhos que se configura no século XIX no campo do privado. (SOUZA; CUNHA, 2011, p.4).

A este indivíduo, no qual encontra o vazio no centro da sua experiência psíquica, recorre muitas vezes ao uso de substâncias psicoativas como a maioria das gestantes encaminhadas em 2013. De acordo com Birman (2007) as compulsões representam na atualidade um contingente importante no campo das perturbações psíquicas, no qual se pode evidenciar a conjunção de uma negatividade narcísica com uma fragilidade dos processos de simbolização.

Diante desse cenário da contemporaneidade no recorte elencado do contexto institucional, observamos no cotidiano de trabalho a necessidade de refletirmos sobre as questões que este contexto impõe a relação entre este indivíduo e a sua família. Como vimos, podemos considerar como avanço esta mudança no paradigma da gravidez, em que esta não é mais a principal geradora dos conflitos familiares e por sua vez motivadora de acolhimento.

Como se observa no comparativo dos motivos de acolhimento, apesar de não ser mais a principal motivadora de conflitos familiares, constatamos que a gravidez das mulheres assistidas pela instituição são na sua maioria não planejadas e estas mulheres apresentam um receio quanto a aceitação da gestação pela família, diferentemente do que ocorria há vinte anos atrás em que a família tinha essa dificuldade de aceitação de uma gestação não planejada, o que se observa no contexto do nosso trabalho é que o medo da não aceitação da gestação muitas vezes não se confirma entre os membros da família.

Em relação aos impasses, podemos apontar as questões que a contemporaneidade impõe ao sujeito e a família bem como enquanto profissionais estamos contribuindo para práticas que não levam em consideração uma reflexão e a contextualização dessa gestante, culpabilizando - a ou a sua própria família.

Neste sentido para além da situação particular vivenciada por estas gestantes encaminhadas à instituição, na qual há um padecimento psíquico, devemos enquanto profissionais *psi* realizar uma leitura mais ampla, considerando o desamparo desse sujeito e a



VI CIPSI

Congresso Internacional
de Psicologia da UEM

19 a 22 de Maio
de 2015

Teatro Calil Haddad / Campus UEM
MARINGÁ - PR

PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS: Formação, Atuação e Compromisso Social

atribuição de responsabilidade a um outro, associado a uma leitura sobre as dificuldades enfrentadas pela própria família contemporânea. Desse modo, a práxis do psicólogo comprometida com esse outro poderá levá-lo ao pleno exercício de sua cidadania e de sua autonomia, oportunizando um novo direcionamento em suas vidas.

Referências

BIRMAN, J. (2007) Laços e desenlaces na contemporaneidade. *Jornal de Psicanálise*. vol. 40,n.72, p. 47-62.

BORSA, J. C. (2007) Considerações acerca da relação Mãe-Bebê da Gestação ao Puerpério. Porto Alegre: revista *Contemporânea – Psicanálise e Transdisciplinaridade*. N.2, p.310-321, 2007.

FREUD, S. (1996) O Mal estar na civilização. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XXI, p. 73-148, 1996. (Trabalho original publicado em 1930)

KLEIN, M. M. S; GUEDES, C. R. (2008) Intervenção psicológica a gestantes: contribuições do grupo de suporte para a promoção da saúde. *Psicologia: Ciência e Profissão*. Vol.28, n.4, p. 862-871.

MOREIRA, M.I.C; BEDRAN,P.M.; CARELLOS, S.M.S.(2011) A família contemporânea brasileira em contexto de fragilidade social e os novos direitos das crianças: desafios éticos. Disponível em www.scielo.br. *Psicologia em Revista*, v.17,n 1, p.161-180.

SARTI, C.A. (2005) *Família e Individualidade: um problema moderno*. São Paulo: EDUC Cortez.

SOUZA, F.H.O; CUNHA, E.L. (2011) A esperança na família: uma leitura psicanalítica do acolhimento institucional. Rio de Janeiro: revista *EPOS*, vol.2, n.2, p. 1-18.